

Nota Técnica

FL 11
Proc 21.13-76
CÓDEVASF - AD/GEP

A Codevasf na composição dos Termos de Referência não considerou em nenhuma hipótese os serviços de pedologia como uma “engenharia menor” como faz entender a empresa Projotec no seu pedido de impugnação.

Os serviços pedológico são divididos em duas partes a primeira os serviços de campo que se caracterizam por abertura e descrição de trincheiras, tradagens e testes de condutividade hidráulica. A segunda parte que se caracteriza pela interpretação dos dados de campo elaboração de relatórios e mapas pedológicos, esta segunda parte tem seu caráter intelectual, o técnico que irá fazer a interpretação dos dados de campo terá seu currículo analisado na fase de habilitação Item 10.2 alínea C.

- c) “comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente, na data de entrega das propostas, profissional de nível superior, detentor de atestados de responsabilidade técnica pela execução de serviços de características semelhantes ou superiores aos conceituados na alínea “b” do subitem 2.1 destes TRs, expedido pelo Crea, por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT, observados os aspectos a seguir relacionados:”

Outro fator que caracteriza a não necessidade de proposta técnica é que a interpretação dos dados de campo e a elaboração dos mapas, apesar de ser uma questão intelectual, devem seguir manuais já existentes e aprovados pela Codevasf, não podendo ser “criada” uma nova classificação, serviço que poderá ser feito com o profissional com as características pedidas na fase de habilitação.

Documentos técnicos de referência:

- a) Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (Embrapa, 2006);
- b) Requisitos Complementares para Classificação de Terras para Irrigação – Primeira Aproximação, Codevasf, fevereiro de 2001;
- c) Sistema de Classificação de Terras para Irrigação do “Bureau Of Reclamation”, disponível na biblioteca da Codevasf;

É o mesmo raciocínio utilizado em contratação de levantamentos, geotécnicos, topográficos e cartográficos.

Portanto concluímos que, o entendimento da área técnica da AD/GEP é que não deverá ser atendida a impugnação da empresa Projotec, devendo ser mantida a licitação no moldes de Menor Preço, aumentando a competitividade entre as concorrentes e favorecendo a administração pública, com o pagamento pelos serviços.

BRASILIA 04/10/2013


Luiz Augusto Costa Fernandes
Gerente de Estudos e Projetos
AD/GEP